**UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
INSTITUTO A VEZ DO MESTRE**

**A importância do Supervisor Escolar na formação do aluno
cidadão.**

Por: José Luiz Teixeira da Silva

Orientador(a): Flávia Cavalcanti

**Rio de Janeiro
2011**

**UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
INSTITUTO A VEZ DO MESTRE**

**A importância do Supervisor Escolar na formação do aluno
cidadão.**

Apresentação de Monografia ao Instituto A
Vez do Mestre Universidade Cândido
Mendes, como requisito parcial para
obtenção do grau de especialista em
Supervisão e Administração Escolar.

Por: José Luiz Teixeira da Silva

**Rio de Janeiro
2011**

“Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível.”
(Paulo Freire)

Em todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso para alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A base comum nacional e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno de paradigma curricular que vise a estabelecer a relação entre a educação fundamental. A vida cidadã, através da articulação entre vários dos seus aspectos como:

1. A saúde
2. A sexualidade
3. A vida familiar e social
4. O meio ambiente
5. O trabalho
6. A ciência e a tecnologia
7. A cultura
8. As linguagens

(CNE-resolução nº2 de 1998)

AGRADECIMENTO

Aos professores que muito me ajudaram em minha formação, aos colegas do curso, pois foi na interação com eles é que consegui entender mais um pouco sobre cooperação, a **Deus** por ser meu tutor e a todos que colaboraram de alguma maneira na construção desta monografia.

DEDICATÓRIA

Dedico esta obra a todos que almejam pensar a educação como elemento de integração do indivíduo à sociedade, buscando inserir conceitos construídos criticamente em uma base dialógica para a formação do cidadão.

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo colaborar com a função do Supervisor Escolar, contribuindo com sugestões para os procedimentos metodológicos que tem por finalidade ajudar na formação do corpo discente em sua cidadania buscando uma sociedade livre, humana, justa e solidária.

Fundamentando sua pesquisa na LDBEN 9394/96, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos direitos e deveres do cidadão e outros artigos pertinentes à área educacional. Trazendo subsídios para a formação plena do aluno crítico e atuante nos diversos setores da sociedade.

Também como arcabouço teórico, baseando-se em pesquisas dos diversos teóricos especialistas em educação, tais como Paulo Freire, Libâneo, Vasconcelos, Gramsci, Silva entre outros.

Por fim, como todo trabalho pedagógico está sempre em construção, em contante mudança, semelhante ao processo de transformação da sociedade pois está inserido nela...tem sua importância no sentido de mostrar uma orientação aos aprendentes de uma significação crítica social dos conteúdos, dos deveres e direitos dos cidadãos formando um verdadeiro Estado de direito, de inclusão e percepção de o seu papel dentro da sociedade.

Palavras -chave: Função do Supervisor, Cidadania, LDBEN/96, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Formação Plena e Aluno Crítico.

SUMÁRIO

INTRUDUÇÃO	09
CAPÍTULO I	11
CAPÍTULO II	18
CAPÍTULO III	24
CAPÍTULO IV	40
CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	47
ÍNDICE	49

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a transformação da sociedade e sua modernização em um Estado Democrático de Direito. Exige mudanças na Educação e na forma de como supervisionar uma instituição de ensino. Mas precisamente nas formas de lidar com o corpo docente e discente buscando formas de interação visando formar o aluno cidadão.

Baseando-se numa perspectiva dialógica entre os mais diversos ramos da sociedade,principalmente entre professores e alunos sobre o tema formação de cidadania e suas participações ativas na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Construindo o conceito de cidadania ,desde seu significado do dicionário ,até a mais ampla forma de esclarecimento de sua razão de ser ,descortinando seus significados.

Tendo como um dos parâmetros a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas modificações ,capítulo III,seção 1,da Educação.

A principal proposta desta pesquisa é colaborar com o supervisor escolar na formação do aprendente, para que ele(o aprendente) possa de forma emancipada participar dos processos decisórios de modo crítico nas decisões do País,inserindo contextualidade e responsabilidade, pois a verdadeira democracia só é feita com a participação efetiva da população,que uma vez esclarecida,poderá optar por um rumo mais coerente em suas decisões políticas,econômicas e sociais. Visando atitudes mais justas fundadas na igualdade material e formal.

E fundamentando a pesquisa em estudos dos seguintes autores, Paulo Freire, Saviani, Cury, Silva Junior,C. Freinet, Pedro Demo, Cecília Peruzzo , Cardoso , Hannah Arend , Barbalet , Lakatos, Libâneo, Zieger , Alarcão, Gramsci entre outros. Entendendo a

escola como instância de formação e de exercício de cidadania, lugar de ensino, de aprendizagem e de enriquecimento cultural, em busca de uma educação pública de qualidade.

CAPÍTULO I

CIDADANIA

1.1-CONSTRUINDO O CONCEITO.

Cidadania (do latim, *civitas*, "cidade"), é o conjunto de direitos, e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive.

O conceito de cidadania sempre esteve fortemente atrelado à noção de direitos, especialmente os [direitos políticos](#), que permitem ao indivíduo intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do [governo](#) e na sua [administração](#), seja ao votar (direto), seja ao concorrer a cargo público (indireto). No entanto, dentro de uma democracia, a própria definição de [Direito](#), pressupõe a contrapartida de deveres, uma vez que em uma coletividade os direitos de um indivíduo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da sociedade. Cidadania implica em direitos e deveres.

A formação de uma cultura democrática como a sonhada pelo educador Pedro Demo nasce do conhecimento enquanto instrumento político de libertação. Ela permitirá o desenvolvimento dos potenciais de cada aluno-cidadão no meio social em que vive.

A cidadania é notoriamente um termo associado à vida em sociedade. Sua origem está ligada ao desenvolvimento das pólis gregas, entre os séculos VIII e VII a.C. A partir de então, tornou-se referência aos estudos que enfocam a política e as próprias condições de seu exercício, tanto nas sociedades antigas quanto nas modernas. Por outro lado, as mudanças nas estruturas socioeconômicas, incidiram, igualmente, na evolução do conceito e da prática da cidadania, moldando-os de acordo com as

necessidades de cada época.

1.2-O SURGIMENTO DA CIDADANIA

É difícil datar com precisão o aparecimento do conceito de cidadania. Sabemos que o seu significado clássico associava-se à participação política. O próprio adjetivo 'político', por sua vez, já nos remete a ideia de pólis (**Cidade-Estado Antiga**). Podemos concluir, então, que foi justamente sobre esse tipo de organização urbana que se assentaram as bases do conceito tradicional de cidadania e de uma considerável parte de seu significado atual.

Atento aos estudos das pólis gregas e romanas, constatamos que muitas modificações ocorridas, resultado de transformações nos campos da técnica, da economia e da arte bélica, alteraram potencialmente as relações entre o poder e a sociedade (**CARDOSO, 1985, p. 28-29**). Além disso não podemos esquecer que a urbanização foi o fator que mais contribuiu para a evolução das pólis. Alterações foram sentidas em todos os níveis da sociedade, da economia e da política. Na realidade grega, por exemplo, era o regime aristocrático que imperava,. Com esse modo de fazer política, a cidadania confundia-se com o conceito de naturalidade. Assim considerava-se cidadão aquele nascido em terras gregas, o qual poderia usufruir todos os direitos políticos. Os estrangeiros, proibidos de ocuparem-se da política, dedicavam-se às atividades mercantis. Com o passar do tempo, operou-se uma redistribuição do poder político. Aceitou-se o ingresso de estrangeiros na categoria de cidadão, abolindo-se a escravidão por dívidas. Mais do que indicar uma reformulação do conceito, essa ideia revelava os reflexos de transformação estruturais. Além de ampliação do quadro de cidadãos, as pólis gregas presenciaram o deslocamento do controle político e jurídico. Nesse contexto, a aristocracia cedeu espaço a favor das Assembleias e dos conselhos com participação popular. No entanto, havia ainda critérios de distinção social, por meio dos quais se limitava o acesso às Magistraturas mais altas, polarizando o poder político. Como exemplos dessa polarização, podemos citar as classes censitárias criadas pelo legislador Sólon, no século VI a.C., e a submissão da Assembleia do povo a um Conselho cujos membros provinham da velha aristocracia, embora esta decisão não tenha durado muito tempo (**CARDOSO, 1985, p. 47**). Apesar dessas mudanças, fatores de ordem social

e política continuavam associando o termo cidadania ao exercício da participação política (**CARDOSO, 1985, p. 28-29**). Mesmo com esse pleno direito assegurado e a existência de um regime democrático, a cidadania aparecia de forma tímida, principalmente no que se refere ao efetivo das decisões políticas. Muitos cidadãos, cercados por restrições econômicas e valores ligados à família, permaneciam completamente alienados e tolhidos na expressão de atos políticos (**ARENDT, 1995, p. 37-47**). Dessa forma, seria ingênuo acreditarmos que apenas a garantia de plenos direitos oferecida a um cidadão possibilitava-lhe uma participação efetiva nas decisões políticas. A cidadania significava, portanto, algo mais do que a garantia de plenos direitos. Era, pois, um status que oferecia ao cidadão várias possibilidades, indo além das destinadas ao indivíduo comum.

1.3-CIDADANIA NO CONTEXTO ATUAL

O conceito de cidadania percorreu mais de dois mil e quinhentos anos de história, vinculando-se cada vez mais às mudanças nas estruturas sociais. Contudo, é impossível não notar o quanto avanços nos campos da técnica e da política provocaram na sociedade impactos tão radicais em tão pouco tempo, influenciando indiretamente os direitos e deveres dos cidadãos. Sobretudo nos séculos XIX e XX, esses progressos transferiram para a esfera da cidadania toda uma gama de desajustes oriundos do sistema de classes.

Estes são apenas alguns dos indicativos da importância histórica da educação para a cidadania em sua contribuição para alterações no campo da cultura política, por meio da ampliação do espectro da participação política, não só em nível macro do poder político nacional, mas incrementando-a a partir do micro, da participação em nível local, das organizações populares, e contribuindo para o processo de democratização e ampliação da conquista de direitos de cidadania, segundo Cecília Peruzzo .

A necessidade de compreender o conceito atual de cidadania à luz dessas questões sociais veio-nos como herança do processo de formação das democracias modernas. Como sabemos, a Independência dos Estados Unidos e o processo revolucionário francês acabaram por delinear um novo tipo de Estado. Os ideais de liberdade e de igualdade, embora tivessem uma origem propriamente burguesa,

contribuíram para a inclusão de um maior número de indivíduos no *corpus* político das sociedades. Contudo, os anseios da população economicamente menos favorecida ainda não estavam vinculados ao campo dos direitos sociais. Isto explica, em parte, porque a grande maioria dos estudos contemporâneos sobre cidadania, como, por exemplo, os de Marshall e Barbalet, têm nas desigualdades de classe o componente fundamental (MARSHALL, 1967; BARBALET, 1989).

Mais do que isso foi o legado das lutas sociais observadas em diversos países, ao longo dos séculos XIX e XX, responsável pelo caráter reivindicatório da cidadania, tal como a conhecemos. Hoje, uma variedade de atitudes caracteriza a prática da cidadania. Assim, entendemos que um cidadão deve atuar em benefício da sociedade, bem como esta última deve garantir-lhe os direitos básicos à vida, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, trabalho, entre outros. Como consequência, cidadania passa a significar o relacionamento entre uma sociedade política e seus membros. Os reflexos dessa condição no direito internacional, por outro lado, impulsiona esse conceito ao de nacionalidade.

1.4-DEMOCRACIA FUNDAMENTA A CIDADANIA.

Segundo Lakatos (1999):

Democracia é a filosofia ou sistema social que sustenta que o indivíduo, apenas pela sua qualidade de pessoa humana, e sem consideração às qualidades, posição, status, raça, religião, ideologia ou patrimônio, deve participar dos assuntos da comunidade e exercer nela a direção que proporcionalmente lhe corresponde.

A importância da cidadania está relacionada diretamente com a democracia e é incontestável, quanto mais desenvolvido é o País mais ela é relevante. E portanto, com a introdução do conceito e um breve histórico sobre a cidadania, vem à tona a importância da educação e do supervisor escolar neste conceito.

Segundo Alves & Garcia (1986): Se a educação é a preparação para o exercício da cidadania, a luta em favor de uma escola pública de qualidade é condição para que se realize o direito fundamental de todos os brasileiros à cidadania. Uma escola em que todos tenham não só o direito de acesso, mas a possibilidade de permanência e a

garantia de nela se apossarem do conhecimento que os capacite para o exercício da cidadania.

Denomina-se cidadão, aquele que goza do conjunto dos direitos civis, políticos e sociais .

Direitos Civis são aqueles que garantem a vida em sociedade de forma organizada. Direito à vida, à liberdade, à igualdade, entre outros. O princípio que rege os direitos civis é o da liberdade individual.

Os Direitos Políticos são os que garantem a participação no governo e regramento da sociedade. Direito de votar e ser votado, direito à manifestação política entre outros. O princípio básico dos direitos políticos é o autogoverno.

Os Direitos Sociais garantem a participação do cidadão na partilha do desenvolvimento econômico do País. Direito à educação, à saúde, à aposentadoria entre outros. A base dos Direitos Sociais é a Justiça Social.

1.5-SUPERVISOR ESCOLAR ATUANDO NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA.

O supervisor Escolar é o profissional da educação que atua no espaço escolar como um agente mediador e facilitador do processo ensino-aprendizagem. Está diretamente ligado aos professores subsidiando suas ações e contribuindo para a evolução de todo o processo que envolve a aprendizagem, devendo ser dinâmico e competente em no exercício de suas funções.

Libâneo (2004, p.215) destaca algumas características para o ato de coordenar/supervisionar: a coordenação é um aspecto da direção, significando a articulação e a convergência do esforço de cada integrante de um grupo visando a atingir os objetivos. Quem coordena tem a responsabilidade de integrar, reunir esforços, liderar, concatenar o trabalho de diversas pessoas.

O Supervisor escolar “responde pela viabilização, integração e articulação do

trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade do ensino” (LIBÂNEO, 2004,p.219).

O Supervisor Escolar é o mediador entre a direção, professores,alunos e a comunidade tendo como base a pedagogia libertadora de Paulo Freire. Tem que estar atento a qualidade de ensino, a melhoria da formação docente e aos diversos problemas que possam surgir nas práticas escolares para poder junto com a direção ,definir um planejamento eficiente e de forma democrática (de preferência com a participação dos representantes da comunidade escolar) com o intuito de resolvê-los.

O Supervisor Escolar é o especialista em Educação capacitado para orientar professores e educandos a buscarem conhecimentos significativos, conteúdos importantes para a vida do discente, influenciando na formação do alunado nos caminhos da cidadania.

CAPÍTULO II

A CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA LEVANDO A CIDADANIA

2.1-DEMOCRACIA E CIDADANIA NA CRFB/88

Com a promulgação da constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de propostas tão renovadoras e democráticas foi denominada de constituição cidadã.

Faz-se necessário conhecer alguns detalhes importantes da “nova” Constituição da República Federativa do Brasil. Começaremos pelo Preâmbulo que destaca o interesse de demonstrar os **“ares de democracia”** que tomavam conta do País que sofreu com o regime militar e a ditadura, que sufocavam os ideais de liberdade e igualdade.

“Nós , representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.”

(Assembleia Nacional Constituinte, 1988)

A constituição de 1988 se afirmou como a “constituição Cidadã”. Palavras então proferidas pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulisses Guimarães, acabaram se consolidando, mas as dificuldades para o estabelecimento de uma cidadania plena ainda está longe de ser alcançada .

Em relação a participação efetiva da população, a constituição tratou de abolir a aberração das anteriores, e autorizou o voto dos analfabetos, ampliou a representatividade também tornando facultativo o voto entre 16 e 18 anos incompletos. É verdade que manteve a restrição aos conscritos(os que estão servindo em caráter temporário às Forças Armadas, serviço militar obrigatório), mas por seu número reduzido, não provoca grandes distorções. O resultado é que hoje mais de 70% da população brasileira tem direito a voto, um número espetacular.

Infelizmente, há uma grande parte da população que ignora seus direitos constitucionais, tem desconfiança nas instituições legais, e portanto não recorrem a justiça em busca de seus direitos. Mas pode haver uma melhoria desta situação, se desde a escolarização , professores, diretores e supervisores educacionais promovam o esclarecimento dos direitos civis, políticos e sociais .Baseados na CRFB/88, o ECA (Lei 8069), a LDB 9394/96 e no próprio contexto atual, baseando-se na cooperação e solidariedade , assegurando a dignidade humana.

2.2-PRINCIPAIS ARTIGOS DA CRFB/88 QUE SEDIMENTAM A EDUCAÇÃO.

Temos ainda artigos alicersadores para melhor compreensão dos aspectos inclusivos desta Constituição, considerada a mais moderna do mundo!!!!

Artigo 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I- A soberania;
- II- A cidadania;

III-A dignidade da pessoa humana;

IV- Nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V- O pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição.

Temos também, como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, construir uma sociedade livre, justa e solidária; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O artigo 5º, dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Com esta breve introdução dos fundamentos e de alguns direitos, será comentado agora a seção I Da educação; capítulo III- Da Educação, da Cultura e do Desporto.

O ensino, com a nova constituição, teve seus horizontes ampliados. Com uma nova diretriz mais abrangente.

Podemos citar o artigo 205, capítulo III, parte da educação:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

Também é importante destacar alguns incisos dos artigos 206 ao 210 da Carta Magna de 1988, tais como:

Artigo 206, dos princípios do ensino:

I-Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II-Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III-Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas,e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV-Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V-Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos , na forma da lei, planos de carreiras, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.(E.C Nº53,2006);

VI-Gestão democrática do ensino público,na forma da lei;

VII-Garantia do padrão de qualidade.

No artigo 207 sobre as universidades, gozarão de autonomia didático-científica,administrativa,gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino,pesquisa e extensão.

O artigo 208 observa o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

I-Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4(quatro) aos 17(dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria(redação dada pela Emenda Constitucional Nº59 de 2009);

II-Progressiva universalização do ensino médio gratuito(redação dada pela E.C Nº 14 de 1996);

III-Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV-Educação infantil, em creche e pré-escola às crianças até 5(cinco) anos de idade(redação dada pela E.C Nº53,de 2006);

V- Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística,segundo a capacidade de cada um;

VI- Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.(redação dada pela EC Nº59,de 2009)

§ 1º – O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo;

§ 2º – O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente;

§3º- Compete ao poder público recensear os educandos do ensino fundamental,fazer-lhes a chamada e zelar , junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

O artigo 209 fala que o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I-Cumprimento das normas gerais da educação Nacional;

II-Autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

Já o artigo 210 diz que serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º – O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental;

§2º- O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Ainda têm os artigos 211, 212, 213 e 214. Do 211 ao 213 o foco principal é sobre aplicação das verbas públicas, a cooperação entre os entes estatais, a prioridade de aplicação dos recursos de cada um, o percentual mínimo de aplicação pela União 18% (Dezoito por cento) e dos Estados, DF e Municípios que aplicarão no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento).

A União organizará o sistema federal de ensino e dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração, seus sistemas de ensino.

A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

O artigo 214 diz que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, (...) que conduzem a:

I-Eradicação do analfabetismo;

II-Universalização do atendimento escolar;

III-Melhoria da qualidade de ensino;

IV-Formação para o trabalho;

V-Promoção humanística,científica e tecnológica do País;

VI- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.(incluído pela EC N°59 ,de 2009)

Nesse panorama, o supervisor educacional marca a sua presença no cotidiano escolar buscando conhecimentos das normas legais constitucionais ,sobre educação, como as vistas neste capítulo . Lei geral ,que junto com a LDB 9394/96,que será pontuada no próximo capítulo,servirão de apoio para a formação do supervisor escolar indo ao encontro de satisfazer um dos objetivos principais da educação que é a preparação dos aprendentes para o exercício da cidadania.

CAPÍTULO III

A LDB 9394/96 ,CONSTRUINDO O FUTURO...

3.1-BREVE INTRODUÇÃO SOBRE A LDB 9394/96

A lei federal 9394/96 foi publicada no dia 20 de dezembro de 1996 para atender a exigência constitucional de uma legislação específica para tratar das diretrizes e básicas da educação nacional. Ao contrário da lei anterior(lei 5692/71), a atual LDB apenas traz os princípios gerais da Educação Nacional,deixando a possibilidade para que cada sistema de ensino melhor adapte o ensino à sua situação específica.

Essa lei surgiu de uma proposta legislativa do Senador Darci Ribeiro e, por isso, costuma ser denominada de “Lei Darci Ribeiro”.

A constituição de 1988,por sua natureza democrática e moderna, exigiu uma nova lei para a educação, devido ao movimento histórico da época.

Logo, a Lei 9394/96 foi considerada” uma prova de maturidade” ,no dizer do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e uma revolução na Educação Brasileira, após 25 anos de vigência da 5692/71, a LDB busca o pleno desenvolvimento da pessoa humana e suas inovações caracterizam um projeto para a educação, que visa a mobilizar

toda a sociedade brasileira acompanhada de uma clara vontade política de mudar. Na discussão do projeto de Lei no Senado, até chegar aos 92 artigos aprovados, defendeu-se o fortalecimento da descentralização e a democratização do espaço escolar.

São 92 artigos que norteiam a educação no Brasil, respeitando como já fora dito anteriormente , a especificidade de cada contexto regional, local ou suas características básicas. Assim divididos:

Título I- Da Educação;

Título II-Dos Princípios e Fins da Educação Nacional;

Título III-Do Direito à Educação e do Dever de Educar;

Título IV-Da Organização da Educação Nacional;

Título V-Dos Níveis das Modalidades de Educação e Ensino;

Capítulo I-Da Composição dos Níveis Escolares

Capítulo II-Da Educação Básica;

Seção I-Das Disposições Gerais;

Seção II-Da Educação Infantil;

Seção III-Do Ensino Fundamental;

Seção IV-Do Ensino Médio;

Seção V-Da Educação de Jovens e Adultos;

Capítulo III-Da Educação Profissional;

Capítulo IV-Da Educação Superior;

Título VI- Dos Profissionais da Educação;

Título VII-Dos Recursos Financeiros;

Título VIII-Das Disposições Gerais;

Título IX-Das Disposições Transitórias.

Esta lei, atual legislação educacional, que rege as diretrizes e bases da Educação Nacional, foi elaborada a partir da abertura política dos anos 80 que redemocratizou o país, rompendo com as premissas ideológicas, legitimadas pela reforma do ensino dos anos 70 (Lei nº 5692/71), que garantia,indiretamente, a hegemonia do regime militar,consequentemente , de tradicionalismo, controle e condicionamento. O primeiro projeto fora delineado por Demerval Saviani (1988), porém, cabe ressaltar , que tramitou na Câmara por vários anos,sendo encaminhado por alguns deputados,dentre

eles, Jorge Hage e Octávio Elísio.

Alguns destes artigos serão observados neste capítulo, não será observada a ordem, como está na LDB 9394/96.

3.2- ARTIGOS LDB/96 IMPORTANTES PARA A PRÁTICA DO SUPERVISOR ESCOLAR.

Iniciaremos pelo :

Art. 64 – A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Ao se iniciar o capítulo pelo artigo que trata da formação dos profissionais da educação procura-se destacar que apesar da formação técnica, estes profissionais terão que ter também, como descreve **Zieger (2003, p.7)** :

“O supervisor educacional entra no espaço do pensar, planejar e desafiar educativo para os projetos serem construídos coletivamente. Um supervisor preocupado com a Vida (com V maiúsculo, mesmo) é aquele indivíduo que tem no currículo escolar a base das reflexões e ressignifica seu fazer cotidianamente. Nas reuniões pedagógicas, esse profissional provoca os educadores a pensarem sobre suas vidas e seus sonhos e os desafia a fazerem o mesmo com seus alunos, provoca a construção de projetos que “falem” no ontem para explicar o “hoje”, mas não só isto. Ele questiona o projeto de futuro, o que se pensa e se deseja fazer no Amanhã!”

Como a LDB é uma norma infra-constitucional, submete-se à constituição. Respeita tudo que foi citado no capítulo II, dos artigos 205 ao 214, no entanto, adapta-se às necessidades e peculiaridades dos entes governamentais envolvidos para dar eficácia

a esta lei.

No artigo 2º, dos Princípios e Fins da educação Nacional, é mencionado que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ao preparar, instrumentalizar, mediar processos de ensino-aprendizagem, com os professores... o supervisor escolar intervém nos demais processos da instituição de ensino colaborando com a formação do conceito de cidadania com educandos e demais participantes do contexto escolar.

“ A Educação não pode ser entendida apenas no sentido de transmissão do conhecimento, mas no sentido de formação de cidadania” **(Cury, 2002; 248)**

Corroborando com a LDB 9394/96, no seu artigo segundo, temos o artigo 53, do capítulo IV do Estatuto da Criança e do adolescente (Lei 8069), que diz:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educandos;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A importância desse artigo é tão grande, que também é retratado na **carta magna brasileira, de 1988**, em seu **artigo 227**:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, **à educação**,

ao lazer,à **profissionalização**,à **cultura**,à dignidade,ao respeito,à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda a forma de negligência,discriminação, exploração,violência, crueldade e opressão.

O supervisor escolar orienta que não basta apenas ensinar conteúdos fragmentos da prática dos alunos,deve-se dispor de uma temática significativa ,aliando a teoria a prática ,fazendo o aprendente ser **crítico**, cobrar e cumprir com suas obrigações, **participar da vida política do país e portanto assumir sua cidadania**.

O serviço de supervisão escolar deve trabalhar em conjunto com serviço de orientação que também é um setor existente dentro da escola que se envolve com os alunos, realizando mediações entre professores alunos e pais para que problemas relacionados à aprendizagem, a determinados comportamentos, à inclusão de alunos portadores de deficiência entre outras, possam ser mediados de maneira efetiva e qualitativa e participar na construção do Projeto Político Pedagógico da escola, visando o desenvolvimento dos alunos de acordo com a realidade a que pertencem.

Para que juntamente supervisão e orientação busquem realizar a construção de uma educação para a formação da cidadania. É seu objetivo, através de um trabalho em conjunto, procurar conhecer o contexto no qual a escola está inserida, dar suporte e assessoramento à direção, professores, alunos e comunidade, assim como atender às necessidades da escola.

No artigo primeiro do título I ,da educação,temos que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar,na convivência humana,no trabalho,nas instituições de ensino e pesquisa,nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta lei (...);

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

É também de suma importância o que diz o artigo 3º, o ensino será ministrado

com base nos seguintes princípios:

I-Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II-Liberdade de aprender ,ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III-Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V-Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI-Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII-Valorização do profissional da educação escolar;

VIII-Gestão democrática do ensino público,na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX-Garantia do padrão de qualidade;

X-Valorização da experiência extraescolar;

XI-Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Para garantir a cidadania é preciso observar o artigo 6º que garante aos menores matrícula aos seis anos de idade, como está no escopo do artigo. É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula de menores,a partir dos seis anos de idade , no ensino fundamental.(Redação dada pela lei nº11114, de 2005)

Este início da LDB 9394/96 é taxativo quanto aos direitos à educação e o dever de ensinar,podemos citar o artigo 4º e 5º respectivamente:

É dever do Estado com educação escolar pública será efetivada mediante a garantia de:

I-Ensino fundamental, obrigatório e gratuito,inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria;

II-Universalização do ensino médio gratuito.(Redação dada pela lei nº 12061, de 2009);

III-Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais,preferencialmente na rede regular de ensino;

IV-Atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis

anos de idade;

V-Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI-Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII-Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e

disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII-Atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX-Padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

X-Vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia que completar 4(quatro) anos de idade (incluído pela lei nº11700, de 2008).

No artigo 5º observa-se o seguinte texto:

O acesso ao ensino fundamental é direito subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União.

I- Recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II-Fazer-lhes a chamada pública;

III-Zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola;

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o poder público assegurará em

primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório,nos termos deste artigo,contemplando em

seguida os demais níveis e modalidades de ensino,conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do artigo 208 da CRFB/88,sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independente da escolarização anterior.

Os artigos 8º, 9º ,10º e 11º tratam da organização da Educação Nacional. Sendo que a União, os Estados , o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação,articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa,redistributiva e supletiva em relação as demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta lei.

A União incumbir-se-á de:

I- Elaborar o Plano Nacional de Educação,em colaboração com os Estados,

o Distrito Federal e os Municípios;

II-Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e dos Territórios;

III- Prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV- Estabelecer, em colaboração com os Estados,o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V- Coletar , analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI-Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino;

VII-Baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós -graduação;

VIII-Assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX-Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Os Estados incumbir-se-ão de :

I-Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino.

II- Definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta de ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional de responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III-Elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV-Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar,respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V- Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI-Assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem,respeitando o disposto no artigo 38 desta lei;(Redação dada pela lei nº12061,de 2009)

VII-Assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual (incluído pela lei nº10709,de 31-07-2003)

Parágrafo Único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e Municípios.

Os Municípios incumbir-se-ão de:

I- Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II- Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III- Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV-Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V- Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas,e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente

quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

VI- Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.(incluído pela lei nº 10709,de 31.7.2003)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

O artigo 12º discorre sobre os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino,terão a incumbência de:

I- Elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II-Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III-Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV-Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V-Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI- Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII-Informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos,e, se for o caso, os responsáveis legais,sobre a frequência e rendimento dos alunos,bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;(Redação dada pela lei nº 12013,de 2009)

VIII-Notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (Incluído pela lei nº 10287, de 2001)

No artigo 13 menciona que os docentes incumbir-se-ão de:

I- Participar da colaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II- Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III- Zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V-Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Já o artigo 14 disserta sobre gestão democrática :

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

3.3-PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA LDB 9394/96.

I- Darcy Ribeiro foi o relator da Lei 9394/96

II-Gestão democrática do ensino público e progressiva autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares (arts 3º e 15º)

III-Ensino Fundamental obrigatório e gratuito (art. 4º)

IV-Carga horária mínima de oitocentas horas distribuídas em duzentos dias ,no mínimo, na educação básica. (art. 24)

V- Prevê um núcleo comum para o currículo do ensino fundamental e médio e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais (art. 26)

VI-Formação de docentes para atuar na educação básica em curso de nível superior, sendo aceito para educação infantil e as quatro primeiras séries do fundamental formação em curso normal do ensino médio (art.62)

VII-Formação dos especialistas da educação em curso superior de pedagogia ou pós-graduação (art. 64)

VIII- A União deve gastar no mínimo 18% e os Estados e Municípios no mínimo 25% de seus respectivos orçamentos na manutenção e desenvolvimento do ensino público (art.69)

IX-Dinheiro público pode financiar escolas comunitárias,confessionais e filantrópicas (art. 77)

X- Prevê a criação do Plano Nacional de Educação. (art.87)

3.4-INFLUÊNCIA DA LDB 9394/96 NA FORMAÇÃO DO SUPERVISOR ESCOLAR

Estes artigos da LDBEN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 são os mais relevantes combinados com outros artigos da CRFB/88(Constituição da República Federativa do Brasil e o ECA(Estatuto da criança e do adolescente) Lei 8069 para colaborar com o supervisor educacional, em sua própria formação , no corpo docente e discente bem como a sociedade. Construindo

de forma crítica ,em uma gestão democrática, formando os aprendentes para assumirem uma postura democrática e cidadã.

Dessa modo a formação pedagógica significa também condução à cultura, processo de formação cultural baseada na solidariedade e colaboração. E o Supervisor Educacional é aquele que possibilita o acesso à cultura significativa, organizando o processo de formação cultural, aquele que domina as formas, os procedimentos, os métodos através dos quais se chega ao domínio do patrimônio cultural acumulado pela humanidade. O supervisor pedagogo é, portanto um formador de homens (SAVIANI, 1985).

Usando dizeres de Gramsci (1982 p. 124), “é na escola que se deve ser concebida e organizada a fase decisiva, onde se tende a criar valores, autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessárias a uma posterior especialização, seja de caráter científico ou prático-produtivo”.

O especialista em supervisão escolar deve ter domínio das formas através das quais o saber sistematizado é convertido em saber escolar, tornando-o, transmissível e assimilável no processo de ensino-aprendizagem entre professor-aluno. Conforme Silva (1985), a caracterização e compreensão da função supervisora no contexto educacional brasileiro decorre do sistema social, econômico e político. E nas instituições escolares o supervisor educacional deve lembrar do seu papel, o qual será providenciar uma organização tal que cada criança, cada educando em especial e os indivíduos das camadas trabalhadoras possam assimilar os conhecimentos metodológicos, e assim possibilitar um conhecimento que possibilite atribuir uma nova realidade às suas lutas por uma sociedade com mais oportunidades para todos,valorizando a solidariedade e ampliando o acesso à cidadania.

O supervisor escolar deverá ser capaz de desenvolver e criar métodos de análise para detectar a realidade e gerar assim estratégias para agir, pois como afirma **Silva (1985, p.68):**

É o Supervisor Educacional um criador de cultura e de aprendizagens não apenas intelectual e/ou técnica, mas também afetiva, ética, social e política, que se questiona e questiona o circunstancial, definindo e redefinindo propriedades em educação no momento histórico brasileiro.

A esse respeito **Silva Junior (1997, p.96)** acrescenta:

Se não cabe ao supervisor impor soluções ou estabelecer critérios obrigatórios de interpretação, cabe – lhe, sem dúvida, por ser brasileiro e por ser um educador responsável, ajudar na construção da consciência histórico-política necessária à luta contra a dominação. Isso implica uma posição de profunda atenção aos fatos do cotidiano escolar e do cotidiano da sociedade que lhe assegure condições de análise adequada do significado das ocorrências que se vão acumulando.

Para mudar também se faz necessário que haja no sistema escolar um maior número de supervisores e que estes sejam bem preparados. E como diz **Silva Junior (1997, p.100)**:

Ensinar supervisão no Brasil hoje significa necessariamente pesquisar supervisão. Pesquisar “a” e “para” a supervisão. Significa conseqüentemente, examinar criticamente a prática que se desenvolve e investiga as situações e as condições que possam contribuir para o desenvolvimento qualitativo dessa prática. A ciência da supervisão, já o disse também anteriormente, será construída sem abrigar a pretensão da objetividade absoluta. É da unidade dialética das atividades teórica e prático-experimental que devera resultar a supervisão da educação adequada ao atendimento das necessidades reais do conjunto da população.

Alarcão (2001, p. 13) acrescenta o seguinte:

A função supervisora pode ser compreendida como um processo em que um professor, em princípio mais informado, orienta um outro professor ou candidato a professor no seu desenvolvimento humano e profissional.

O serviço de supervisão escolar deve trabalhar em conjunto com serviço de orientação que também é um setor existente dentro da escola que se envolve com os alunos, realizando mediações entre professores alunos e pais para que problemas relacionados à aprendizagem, a determinados comportamentos, à inclusão de alunos portadores de deficiência entre outras, possam ser mediados de maneira efetiva e qualitativa e participar na construção do Projeto Político Pedagógico da escola, visando o desenvolvimento dos alunos de acordo com a realidade a que pertencem.

Para que juntamente supervisão e orientação busquem realizar a construção de uma educação de qualidade. É seu objetivo, através de um trabalho em conjunto, procurar conhecer o contexto no qual a escola está inserida, dar suporte e assessoramento à direção, professores, alunos e comunidade, assim como atender às necessidades da escola.

É também função do supervisor escolar construir o Projeto Político Pedagógico da escola, envolvendo direção, orientação, comunidade, funcionários e professores, pois todos serão responsáveis pela educação dos futuros cidadãos que constituirão uma nova concepção de mundo. E para que isso aconteça é preciso que o setor pedagógico seja assumido por pessoas qualificadas para se ter qualidade no serviço oferecido; qualidade essa merecida pela educação, como nos aponta **Vasconcellos (2002, p. 71)**:

[...]é preciso ter pessoas altamente qualificadas neste âmbito a fim de ajudar na coordenação da travessia, não como o 'iluminado', dono da verdade, mas naquela perspectiva que apontamos do intelectual orgânico: alguém que ajuda o grupo na tomada de consciência do que está vivendo para além das estratégias de intransparências que estão a nos alienar.

O próximo capítulo conclui o que foi abordado nos outros três capítulos, a importância do Supervisor educacional para a formação dos docentes e discentes, de forma democrática , dialógica e mediadora para poderem usufruir de uma cidadania plena e participativa...

Capítulo IV

A importância do Supervisor Educacional na formação da cidadania do educando....

Como já foi explanado ,nos capítulos anteriores, a importância do ensino de qualidade,libertador,emancipatório para a formação do cidadão crítico e consciente pode e deve fazer parte da formação do Supervisor Educacional. A ideia de educação deve estar intimamente ligada às de liberdade, democracia e cidadania. A educação não pode preparar nada para a democracia a não ser que também seja democrática. Seria contraditório ensinar a democracia no meio de instituições de regime autocrático autoritário. A Constituição Federal instituiu a cidadania como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e a escola como instrumento mediadora qualificada para a preparação da pessoa para o exercício da cidadania.

Segundo o enunciado constante na página 83 do Caderno ***“Conselho Escolar e financiamento da educação no Brasil”***, publicado pela Secretaria de Educação Básica do MEC. **“Ao defendermos a autonomia da escola , estamos defendendo que a comunidade escolar tenha liberdade para, coletivamente, pensar, discutir, planejar, construir e executar o seu projeto político pedagógico, entendendo que neste está contido o projeto de educação e de escola que a comunidade almeja. No entanto, mesmo tendo essa autonomia, a escola está vinculada às normas gerais do sistema de ensino e às leis que o governam, não podendo, portanto, desconsiderá-las.”**

Para tanto, a escola deve ter seu auto-gerenciamento voltado para uma gestão democrática, dando ênfase principalmente as classes menos favorecidas economicamente, buscando um melhor equilíbrio entre as camadas sociais. A gestão participativa é a pedra fundamental do sistema democrático. É importante inserir nesta instituição escolar algumas técnicas pedagógicas que permeiam o cenário educacional libertador, tais como: oficinas de trabalho, aulas-passei, livro da vida, jornal mural, correspondência interescolar etc (**Técnicas escolhidas baseadas na pedagogia progressista libertária, por Celestin Freinet**)

A conquista da liberdade de opinião é primordial à interação grupal; os posicionamentos devem ser discutidos em nível de equipe (profissionalmente) e não a nível pessoal. Os resultados precisam vir ao encontro, visando o aperfeiçoamento do conjunto.
(**BACKHAUS,1992,p.52**).

Segundo a autora acima, observa-se que os profissionais da educação precisam fazer uma interação de conhecimentos apreendidos e internalizados por eles para a realização de suas competências, pois quanto maior a integração do grupo, melhor é a busca de conhecimentos, e com a realização de um trabalho coletivizado, maiores serão as condições de intervir no contexto educacional encontrando meios confiáveis para dirimir problemas da prática escolar.

Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;

Educar é um ato que visa à convivência social, a cidadania e a tomada de consciência política e social. A educação escolar, deve ir além de ensinar o conhecimento científico, deve assumir a função de quebrar paradigmas preparando os educandos para o exercício da cidadania. A cidadania é mais do que o simples acesso aos bens materiais e

culturais produzidos pela sociedade, e ainda ter respeitados seus direitos e a observação dos seus deveres. Isto significa o exercício pleno dos direitos e o justo cumprimento de seus deveres previstos pela Constituição da República.

Assim sendo, **segundo Morin (2003) a educação para a cidadania** deve ser uma **educação contextualizada, global, multidimensional e complexa**. Desta forma, o indivíduo deve também ser visto como um ser global, inserido numa família e na comunidade. (Grifo nosso)

A Educação é um ato político, deve ser utilizada como prática de liberdade, pensar a educação como um processo de humanização e para tanto pautar as relações docente-discente de forma horizontal na base do diálogo, como diria o grande mestre Paulo Freire “despertar a consciência crítica para encontrar seu espaço na sociedade” ter uma matriz dialógica: colaboração, união, organização e síntese cultural.

A instituição escolar como lugar transformador, capaz de modificar o contexto a sua volta, é um fardo pesado que a sociedade taxou estas instituições...o supervisor escolar colabora com seus conhecimentos pedagógicos ,políticos e sociais para que esta transformação tão querida pela sociedade possa ocorrer, não depende só dele, depende da união de todos os envolvidos no processo de educação. Os professores, funcionários, alunos e comunidade devem comungar dos mesmos interesses.

Mas o supervisor educacional tem que fazer a sua parte, que é se especializar, fazer cursos de aperfeiçoamento, ministrar cursos para o corpo docente, incentivá-los em sua formação, nas suas práticas educativas e na convivência com os educandos , procurando sempre fazer uma avaliação significativa e de qualidade de modo justo.

A educação para a cidadania objetiva mais que formar simples cidadãos, que votam e podem ser votados(não é só autonomia política), pretende fazer de cada pessoa um agente multiplicador de valores significativos para a sociedade. Para tanto necessita uma reflexão profunda que possibilite compreender as raízes históricas da situação de pobreza e exclusão em que vive boa parte da população do Brasil. A transformação da sociedade tem no espaço escolar um viés privilegiado, indagando, propondo novos caminhos para modificar a situação de opressão.

Indo de encontro ao aprendizado bancário de conteúdos da metodologia liberal tradicional criticada por Paulo Freire, do reprodutivismo social de Durkheim que tem como objeto de sua sociologia os fatos sociais exteriores ao indivíduo. Sua concepção de exterioridade é usada como regra para entender a sociedade e os fatos que acontecem na mesma em sua totalidade, e se porventura algum fato estiver em dissonância com a sociedade, esta não estará bem, ou seja, a maneira de agir, pensar, sentir, precisa ser comum à média dos membros de uma sociedade, é necessário haver uma característica conjunta. Tendo em vista este pensamento, a escola, para este pensador, ocupa uma posição central nesse conjunto, mais especificamente na formação do caráter da criança.

O autor afirma que a família, mesmo sendo uma instituição social pequena, não está preparada para formar a criança tendo em vista a vida social pois, na família, a moral que se aplica é a afetiva, deste modo, as relações não são submetidas a qualquer regulação geral, como as que regulam a sociedade dos adultos. Assim sendo, a escola pode servir como intermediária entre a moral afetiva da família e a moral mais austera da vida civil.

Assim, **Durkheim (1984, p. 225)**, define o papel da escola: “a escola desempenha, então, uma ruptura no mundo da criança porque através dela, a criança ingressa numa outra esfera da vida social”. A escola desempenha essa função, pois por meio da ação do educador a criança passará por um processo de transformação de um ser individual e insocial, em um ser social, com um sentimento de dever para com a sociedade e as regras que orientam sua conduta. Logo, a criança passará a se ajustar a esta sociedade, pois será integrante dela. Dessa maneira, Durkheim acreditava que seria necessário imprimir às crianças os elementos morais e intelectuais de acordo com a estrutura social, por meio de ação sócio-pedagógica. Assim sendo e por esse processo, **assegura-se a reprodução, a conformação e o funcionalismo numa sociedade marcada pela desigualdade e exclusão.**

A teoria da reprodução na **perspectiva de Bourdieu** define a função da escola, a partir da ***violência simbólica (uma espécie de perpetuação do poder pois***

somente os que têm maior poder econômico galgarão os melhores cargos, funções ou empregos e portanto estarão aptos a desempenhar seu papel de dominante perante a sociedade cabendo aos menos afortunados o papel de servir a esta sociedade), não como integradora essencial para a ordem social, conforme a teoria de Durkheim mas **uma instituição que possibilita a reprodução das desigualdades sociais, que legitima, representa e transmite a cultura da classe dominante, da burguesia, fornecendo as bases para a continuidade das relações de dominação a partir da transmissão de sistemas simbólicos de classificação e categorização que organizam os espaços sociais.**

Buscando soluções democráticas e duradouras que resolvam os conflitos e os problemas sociais como a falta de oportunidades iguais para todos, sabendo da importância deste tema relacionado com a cidadania e o muito ainda tem que ser pesquisado...

CONCLUSÃO

Esta pesquisa procura possibilitar aos supervisores educacionais uma colaboração na compreensão da estrutura legal, apoiando a sua prática em lidar com a formação de professores para que possam multiplicar o conceito de cidadania a todos os educandos, seja na organizacional do trabalho pedagógico da escola, seja em sua prática diária, refletindo sobre a prática integrada a teoria, o PPP (integrando os diversos atores envolvidos no processo educacional, considerando a importância da participação da família e da comunidade diante da contextualização significativa, o que se espera de uma gestão democrática dentro da instituição escolar.) repensando sempre a sua prática pois está sujeito às mudanças da sociedade.

Cabe à Supervisão Escolar trabalhar junto com a equipe pedagógica, assessorar a Direção escolar quanto à metodologia do ensino e prestar contínua assistência didático-pedagógica aos docentes, pois, com as constantes mudanças ocorridas na sociedade, em um ritmo acelerado, os educadores devem estar contextualizados diante a nova realidade, com o desafio de propiciar conhecimentos significativos, informações e valores que conduzirão o educando para uma sociedade mais esclarecida, justa, solidária e consciente dos seus direitos e deveres compilando assim o aprendente cidadão.

O prática pedagógica deve ser acompanhada e incentivada pelos supervisores educacionais através de leituras, cursos, idas à biblioteca, teatros, consultas atualizadas sobre normas e diretrizes educacionais, palestras sobre o tema cidadania, suas implicações e aplicações na sociedade emancipadora, libertadora. Assim como **Paulo Freire** escreveu em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, página 33, "Educar é substantivamente formar"

Educação se faz com discernimento, ousadia, pesquisa, determinação, trabalho participativo, visando dar aos educandos instrumentos educacionais que são importantes

para o exercício da **cidadania**. Portanto, se devem mobilizar os futuros educadores em

Pedagogia independente da especificidade a formar uma consciência crítica da sociedade com vistas à adoção de procedimentos educativos transformadores.

Para que o papel do supervisor torne -se eficaz e eficiente, faz-se necessário que os supervisores educacionais ocupem no Sistema Educacional um espaço de mediação e articulação entre a condução da política educacional e as instituições escolares, atuando com a equipe de gestão, auxiliando quanto à elaboração e implementação das propostas pedagógicas, facilitando o processo de desenvolvimento do ensino-aprendizagem e a melhoria da qualidade de ensino. Enfim sua atuação deve estar voltada para promover a integração dos profissionais da educação verificando as facilidades e dificuldades encontradas pelos mesmos incentivando , promovendo a formação contínua e em serviço das equipes escolares.

Hoje as instituições escolares assumem a responsabilidade pelo desenvolvimento integral do aluno devido a grande cobrança da sociedade, em seus múltiplos aspectos: moral, intelectual, social, psicológico, moral, profissional etc. Portanto diante da universalização dos conhecimentos pelo processo de globalização e o desenvolvimento tecnológico na área da informática e comunicação .A supervisão torna-se uma área da educação da maior relevância para a construção da cidadania e a formação emancipatória dos docentes e discentes quanto a oportunização de conhecimentos tão importantes para a sociedade.

Enfim a supervisão tem um papel político, pedagógico e de liderança no espaço escolar. É necessário ressaltar sem desconsiderar o restante da equipe, que o supervisor escolar deve ser inovador, ousado, criativo e, sobretudo um profissional de educação comprometido com seu grupo de trabalho ,com a comunidade escolar e com todo processo de aquisição de conhecimentos significativos dos aprendentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Isabel. ***Escola reflexiva e supervisão: uma escola em desenvolvimento e aprendizagem***. Porto: Porto, 2001.

ARENDT, Hannah. ***A Condição Humana***. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BARBALET, J. M. ***A cidadania***. Lisboa: Editorial

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho escolar e o financiamento da educação no Brasil**, Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2006. Estampa, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion. ***A Cidade Estado Antiga***. São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios).

CARNEIRO, Moaci. LDB Fácil. Editora Vozes, 12ª edição, 2006.

Constituição da República Federativa do Brasil, www.planalto.gov.br

DURKHEIM, D.É. ***As regras do método sociológico***. 11ª ed. São Paulo: Nacional, 1984.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto org. ***Supervisão Educacional Para uma Escola De Qualidade da formação à ação***. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa***- São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

GADOTTI, Moacir. ***História das ideias pedagógicas***. São Paulo: Ática, 1999.

GRAMSCI, Antonio. ***Os Intelectuais e a Organização da Cultura***. 4ª. ed. RJ: Editora Civilização Brasileira, 1982.

Lei 9394/96, www.planalto.gov.br

LIBÂNEO, José Carlos. ***Pedagogia e Pedagogos para quê?***. 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Ministério da Educação, www.portal.mec.gov.br
[http:// portal.mec.gov.br/index.php](http://portal.mec.gov.br/index.php)

MORIN, Edgar. ***Os sete saberes necessários à educação do futuro*** . 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003 .

REVISTA–NOVA ESCOLA. Parceiros na Aprendizagem. Ano XXI. Nº193. Junho/julho de 2006.

SAVIANI, Dermeval. ***Sentido da pedagogia e o papel do Pedagogo.*** In: Revista da ANDE, São Paulo, n.9, 1985, p.27-28.

SILVA, Naura Syria F. Correa da. ***Supervisão Educacional uma Reflexão Crítica.*** 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SILVA JUNIOR, C. A.da. Organização do trabalho na escola pública; o pedagógico e o administrativo na ação supervisora. In: JUNIOR, C. A. da S. e RANGEL, M. (orgs).

Nove olhares sobre a supervisão. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 91-109.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. ***Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.*** São Paulo: Libertad

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I CIDADANIA	11
1.1- CONSTRUINDO O CONCEITO	11
1.2- O SURGIMENTO DA CIDADANIA	12
1.3- CIDADANIA NO CONTEXTO ATUAL	13
1.4- DEMOCRACIA FUNDAMENTA A CIDADANIA	14
1.5- SUPERV. ESCOLAR ATUANDO NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA	15
CAPÍTULO II A CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA LEVANDO A CIDADANIA.	17
2.1- DEMOCRACIA E CIDADANIA NA CRFB/88	17
2.2- PRINCIPAIS ARTIGOS DA CRFB/88 QUE SEDIMENTAM A EDUCAÇÃO.	18
CAPÍTULO III A LDB 9394/96, CONSTRUINDO O FUTURO...	23
3.1- BREVE INTRODUÇÃO SOBRE A LDB 9394/96	23
3.2- ARTIGOS LDB/96 IMPORTANTES PARA A PRÁTICA DO SUPERVISOR ESCOLAR.	25
3.3- PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA LDB 9394/96	35
3.4-INFLUÊNCIA DA LDB 9394/96 NA FORMAÇÃO DO SUPERVISOR ESCOLAR	36
CAPÍTULO IV A IMPORTÂNCIA DO SUPERVISOR ESCOLAR NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA DO EDUCANDO...	40

CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	47
ÍNDICE	49